

KAREDEX	(X)
MC	()
PP	()
Doc. 0311	()

Nº 510 - 01 a 07 de agosto de 1989

Aconteceu

Política

PT DECIDE COM POPULAÇÃO ORÇAMENTO PARA P. ALEGRE

Durante o mês de agosto a população de Porto Alegre vai discutir as prioridades do orçamento para a Prefeitura da capital gaúcha. É uma promessa de campanha e uma iniciativa inédita no governo do Sul. Se tudo acontecer como prevê o Prefeito Olívio Dutra, será a população que decidirá como o dinheiro da prefeitura será gasto. (Última Pág.)



PT e PDT fazem denúncia contra "marajá" de Collor

O que está gastando o candidato do PRN a Presidente é uma afronta não aos demais candidatos, mas ao próprio povo brasileiro. E é para saber de onde vem este dinheiro todo de campanha que o PDT e o PT entraram com uma ação na Justiça. Lula e Brizola querem que o tribunal tome providências e comece por retirar os milhares de out-doors espalhados por diversas cidades brasileiras. A eleição não está definida e pode haver muitas mudanças até 15 de novembro.

Pág. 15

Polícia agride sem-terra em Florianópolis

Pág. 13

**CPI quer apurar
desvios de verbas
da Lei Calmon**

Pág. 5

**Darcy Ribeiro propõe
retirar as universidades
do domínio do MEC**

Pág. 4

Carta gaúcha protege servidor em comissão

Por 31 votos a 14, os deputados constituintes gaúchos, aprovaram dia 24 emenda à Constituição estadual que concede aos funcionários com cargos em comissão ou de confiança de todo o estado (nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), uma indenização correspondente a um salário integral para cada ano de trabalho, no momento da exoneração, com exceção de demissões por justa causa. Um funcionário que ocupe cargo em comissão durante 10 anos de serviço, por exemplo, tem direito a 10 salários se for demitido. Com a aprovação da emenda, serão beneficiados 806 funcionários na administração direta, 560 na indire-

ta (Executivo) e 600 na Assembleia. O Poder Judiciário não revelou quantos funcionários com cargo em comissão tem.

A emenda foi apresentada à Constituinte estadual pelos deputados Fips Schneider (PFL), Porfírio Peixoto (PDT) e pelo Centro dos Funcionários da Assembleia Legislativa, mas o texto final aprovado dia 24 foi elaborado pelos deputados da Comissão de Relatoria: Mendes Ribeiro Filho (PMDB), Atos Rodrigues (PFL) e Carlos Araújo (PDT). A emenda, no entanto, não beneficia os secretários de estado, dirigentes da administração direta, autarquias e fundações. (JB, 25/07/89)

Casa própria: aumento de 28,2% a 659%

Os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) terão reajustes em suas prestações, em agosto, que variam de 28,2% a 659%. Os contratos pelas equivalências salariais plena com reajustes 60 dias após o dissídio coletivo terão correção mínima de 28,2%, para os mutuários com data-base em setembro e outubro, e máximo de 68,1% para aumentos foram imputados aos contratos com reajuste pela equivalência salarial parcial, isto é, reajuste feito uma vez no ano, que variam de 104% para os mutuários com data-base em fevereiro a 659%, para os com data-base em dezembro.

Os reajustes de agosto foram

maiores porque incluíram a última parcela de resíduo relativa ao período do congelamento das prestações, mais as atualizações concedidas em junho a todas as categorias profissionais, que têm que ser repassados às prestações 60 dias após sua concessão. Os mutuários com data-base em março, abril e maio, porém, precisam ficar muito atentos ao receberem seus carnês para pagamento das prestações de agosto. É que, em alguns casos, poderá estar havendo cobrança dupla do percentual de reajuste, isto é, eles poderão estar incorporando na prestação o IPC de fevereiro e março, que já foi pago na prestação anterior. (JB, 25/07/89)

Inflação de julho faz salário subir 76,7%

A inflação de 28,76% em julho, terceira maior da história brasileira, faz com que os salários sejam aumentados em até 76,71% em agosto. Os índices mais altos de reajuste serão concedidos aos trabalhadores que recebem de três a 20 salários mínimos e têm dissídio em fevereiro, maio, agosto e novembro.

As demais categorias profissionais terão reajuste de 22,63%, o que equivale à inflação de julho descontados 5%. O salário mínimo de agosto não foi oficialmente divulgado pelo Ministério do Trabalho, mas deverá ficar em NCz\$ 192,88. O reajuste dos alugueis cujos contratos vencem em agosto chegará a 182,24% para quem tem cláusula semestral ou anual. Nos

sete meses do ano, a taxa acumulada de inflação alcançou 254,89% e nos últimos 12 meses atingiu 1.004,55%. O governo anunciou que a caderneta de poupança terá uma correção de 29,4%.

Os técnicos do Ministério da Fazenda ficaram alarmados quando souberam que o Índice Geral dos Preços do Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas sob encomenda do mercado financeiro, chegou a 35,91%. Ao retornar a Brasília, depois de passar o dia no Rio Grande do Sul, o ministro Mailson da Nóbrega considerou esta alta normal, pois agora o índice captou o ógio acumulado durante o congelamento. (JB, 29/07/89)

Aconteceu 510

01 a 07 de agosto de 1989
CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos

Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor
Nico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Ligia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Eliane Lobato

Composição
Katia Simões
Paulo R. Garcia

Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luis Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro

Nico Teixeira

Aconteceu é uma publicação semanal do CEDI. É uma resenha das notícias da semana extraída dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta também com a participação efetiva dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Campesinês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário e Assessoria à Pastoral. As colaborações devem ser encaminhadas à redação: Rua Cosme Velho, 98/Fundos, CEP. 22241 - Rio de Janeiro.

Assinatura anual: NCz\$5,00
Assinatura de apoio: NCz\$10,00

Comissão tem anteprojeto para garimpo em Roraima

O governador de Roraima, Romero Jucá (PFL), conseguiu dia 25, em Brasília, uma vitória para concretizar seu projeto de permitir o funcionamento de garimpos em áreas indígenas. Representantes do Ministério das Minas e Energia, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), da Funai e da Secretaria de Defesa Nacional (Saden), construíram uma comissão para, no prazo de uma semana, apresentar em anteprojeto de lei para regulamentar a exploração mineral em terras dos índios.

A Constituição determina que a lavra mineral em reservas in-

dígenas depende de lei complementar do Congresso e de prévia autorização das tribos. Enquanto o projeto está em elaboração, o governo de Roraima e a Funai pretendem concluir um levantamento de todos os garimpos em áreas indígenas no Estado. Só na terra dos Yanomami são cerca de 40 mil garimpeiros. A consulta servirá também para saber quais tribos aceitam garimpeiros.

Romero Jucá conseguiu ainda que o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) aprovasse uma declaração transformando todas as florestas nacionais de Roraima em áreas de reser-

vas garimpeiras. Nelas, serão instalados garimpos, supervisionados pelo governo do Estado.

Para aumentar a arrecadação de Roraima, Jucá quer aproveitar a determinação da Constituição que transfere o IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - para os Estados e Municípios. A produção de ouro no Estado é de três toneladas/mês - uma renda de cerca de US\$ 36 milhões, no mercado internacional. A taxa de 1% de IOF sobre o comércio desse ouro renderia US\$ 360 mil, dos quais 30% ficariam com o Estado e os 70% restantes com os Municípios. (Folha de S.Paulo, 26/07/89)

Mesquita acusa Jucá pelo fim dos Yanomami

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, ao discursar no encerramento do 1º Simpósio Nacional de Parques Nacionais na Chapada dos Guimarães (MT), acusou o governador de Roraima, Romero Jucá, de ser o responsável pela exterminação física e cultural dos índios Yanomami, por permitir que garimpeiros invadissem suas terras.

"Os garimpeiros estão destruindo a cultura Yanomami, com a cumplicidade do governador Romero Jucá. Ele alega que a retirada dos garimpeiros iria provocar um grande problema econômico e

social no estado", acusou Mesquita, que, depois do discurso, afirmou que, se fosse o presidente da República, já teria demitido o governador de Roraima.

Mesquita acusou também a máquina burocrática do governo de ser "emperrada e corrupta". Segundo ele, a corrupção ocorre tanto entre os fiscais do Ibama quanto na alta esfera da administração pública. Mesquita reclamou também da resistência política que vem enfrentando, em determinados setores do governo, para criar uma política do meio ambiente no país.

"A Seplan não entendeu, até hoje, que a política do meio am-

biente tem que ser levada com seriedade. O Ibama não quer privilégios, mas o nosso pessoal tem uma função importante e precisa ganhar um salário justo por esse trabalho", disse Mesquita. Ele afirma que só tem vencido essas resistências devido ao apoio que vem recebendo do presidente Sarney e do ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys.

Mesquita disse também que está praticamente acertada a liberação, pelo Banco Mundial, de US\$ 200 milhões, que serão aplicados na preservação da Amazônia, do Pantanal e da Mata Atlântica. (JB, 31/07/89)

Firma inglesa dá avião para líder dos Kaiapó

O cacique Paiakã, líder dos índios aucre, da nação Kaiapó, que vive no alto Xingu, ganhou um poderoso aliado na sua luta em defesa da preservação da natureza, especialmente contra as construções de barragens para movimentar hidrelétricas: chegou a Belém um avião monomotor Cessna prefixo N 1330Q, pilotado pelo norte-americano All Johnson. Paiakã pretende usar o avião para atender às emergências de saúde de sua aldeia e transportar os líderes kaiapó para as reuniões de toda a nação.

O Cessna, que vai ter seu prefixo alterado a partir da próxima quarta-feira, foi doado ao líder

Kaiapó pela **Body Shop**, empresa inglesa interessada em contribuir com a causa Kaiapó e ajudar os movimentos de preservação da Amazônia. Até agora, das 13 aldeias Kaiapó, apenas duas contavam com avião, segundo informou a Funai: a Gorotire e a Criquetum. O Cessna doado à Aucre faz parte de um programa de ajuda da Body Shop, estimado em US\$ 100 mil. A diretora da empresa, Anita Roddick, participou do 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro, em Altamira (PA), e decidiu ajudar os Kaiapó a defenderem a Amazônia das grandes hidrelétricas, que ameaçam alagar a maior parte de suas terras.

O avião já foi levado para a aldeia de Paiakã. O cacique dos Kaiapó ainda não sabe quem vai pilotar o Cessna, mas admitiu que não pretende fazê-lo, embora seja brevetado: "Já sofri alguns acidentes e tenho medo de voar". O mais provável é que faça como os líderes das outras aldeias: contrate um piloto profissional em Belém.

"Esse avião tem uma importância muito grande para nós, para a minha nação. Com ele, poderemos salvar muitas vidas e, também, agilizar a organização do nosso povo, transportando os líderes das aldeias que ainda não atingiram o nível de organização da nossa para as reuniões da tribo"

Darcy Ribeiro quer MEC sem Universidade

Cuidar de universidade não é tarefa do Ministério da Educação. Em entrevista, dia 25, no Encontro com a Imprensa, na Rádio Jornal do Brasil, o professor Darcy Ribeiro defendeu a saída das universidades do âmbito do MEC e a criação de um ministério do ensino superior, ciência e cultura, para abrigá-las. Ele pretende colocar a proposta em prática, caso venha a participar do próximo governo.

Do total de suas verbas (NCZ\$ 5.600 milhões este ano), o MEC gasta 50% com ensino superior. Esse dinheiro, segundo o professor, deveria ir para o ensino básico, que precisa ter prioridade no país. "Temos que liberar o MEC da opressão do ensino superior, que é caríssimo. Proponho que o

MEC vire Ministério da Educação Básica", diz Darcy Ribeiro. "O importante é que cada grau de ensino seja terminal em si mesmo e cumpra seu papel. A pessoa, pode não passar para o grau seguinte mas poderá desempenhar suas funções sociais", explica.

Darcy Ribeiro propõe que o 1º grau dure seis anos e objetive fazer o aluno ler, escrever e contar. "A partir daí, ele aprenderá qualquer coisa com rapidez", justifica. O 2º grau duraria outros seis anos e teria ofertas avulsas de cursos de línguas, datilografia ou carpintaria, paralelamente ao ensino acadêmico, deixando "essa idéia de profissionalização" de lado. (Jonal do Brasil, 26/07/89)

15 mil alunos sem escola em Caxias

A maioria das escolas da rede estadual de ensino da Baixada Fluminense abriu dia 24 suas portas pela primeira vez depois da greve dos professores. A frequência de alunos, no entanto, foi considerada apenas razoável. Os pais queriam saber como o calendário escolar seria cumprido e as escolas - muitas delas precisando de reformas - ainda se preparavam para o reinício das atividades.

No Instituto de Educação Roberto Silveira, em Caxias, a maior preocupação dos pais era com relação aos métodos que serão uti-

lizados para compensar os dias de aula perdidos. Para a Gerente Geral do Núcleo de Educação e Cultura (NEC) de Caxias, Íris Ferrari, além da elaboração do novo calendário, há também o problema das escolas que estão fechadas ou precisando de reformas.

-Caxias tem 15 mil alunos sem escola e, além disso, muitos colégios estão sem condições de funcionar - disse Íris. Segundo ela, oito escolas começarão a ser reformadas ainda este mês. (O Globo, 25/07/89)

Secretaria não recebe professores

A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo cancelou a reunião que o secretário-adjunto, Fernando Alvarenga, teria dia 24 à tarde com representantes do magistério estadual para discutir problemas com o pagamento da categoria e a reposição das aulas. Alvarenga alegou motivos pessoais e não foi à secretaria dia 24. A vice-presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Es-

tado de São Paulo (Apeoesp), Beatriz Pardi, disse que se os professores não forem recebidos a categoria fará manifestações de repúdio.

O governo descontou os dias de greve da categoria, iniciada em 19 de abril e encerrada 80 dias depois, e não os reembolsou para alguns professores em 20 de julho, como havia prometido. (Folha de São Paulo, 25/07/89)

Professores não querem alunos "saltando" ano

'Saltar' o ano não resolve baixa escolaridade. A Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), considera que a implantação de um teste que permita aos alunos desertores retomarem os estudos em séries superiores àquela em que abandonaram a escola não resolverá o problema da baixa escolaridade da população brasileira. A idéia do teste, destinado a alunos desertores entre 7 e 14 anos, faz parte do anteprojeto do Ministério da Educação para a Lei de Diretrizes e Bases, que será enviado no início do próximo mês ao Congresso.

O anteprojeto propõe também um teste semelhante para alunos com 18 anos ou mais que tenham abandonado os estudos. Eles fariam um exame com todo o conteúdo do 1º ou 2º grau e, caso fossem aprovados, receberiam o certificado de conclusão, mesmo que nunca tivessem se matriculado regularmente em uma escola. Esse sistema é criticado por Guiomar Namó de Mello, deputada estadual pelo PSDB e ex-secretária Municipal de Educação de São Paulo, que acredita que o teste possa favorecer o aparecimento de cursos supletivos particulares preparatórios. Para ela, o teste só será válido se o Estado oferecer os cursos supletivos.

O anteprojeto do MEC também recebe críticas de Sonia Terzinhos de Souza Penin, presidente da Associação Nacional de Educação e professora da Universidade de São Paulo. Sua entidade também preparou um esboço da LDB. Uma de suas idéias principais, que diverge em alguns pontos com o anteprojeto do MEC, é de que as instâncias federais de ensino federais sejam estadualizadas. O MEC propõe autonomia para as escolas, com exceção das instituições federais. (Folha de São Paulo, 26/07/89)

CPI aponta desvio de verbas da Lei Calmon Brasil, 88º lugar no mundo em educação

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) acaba de concluir o que, na prática, muitos educadores e políticos já sabiam: a verba da Lei Calmon - que obriga a aplicação de 18% dos recursos da União e 25% dos recursos dos estados e municípios para o ensino - não é empregada para o seu devido fim.

O relatório da CPI admite a dificuldade de se comprovar o não cumprimento da lei, por falta de mecanismo de controle, e afirma que o Ministério da Educação comprova o seu "cumprimento nominal, mas não real". Mas o próprio autor da lei, senador João Calmon, tem exemplos a fornecer para demonstrar irregularidades.

Ele já viu, por exemplo, ser computada como despesa com educação, a construção de uma estrada que passa em frente a uma escola; um estádio de futebol com grandes holofotes para atividades esportivas, onde não havia sequer uma escola municipal; e até mesmo a compra de um ônibus para prestar serviços à prefeitura e, de vez em quando, transportar crianças para a escola. Uma professora primária no Nordeste ganha menos da metade que um operário ganha por hora na indústria automobilística de São Paulo, quando os recursos da Lei Calmon se destinariam também a melhorar os salários dos professores.

"É um problema de extrema complexidade", admite o senador. Para ele, uma atitude caberia aos tribunais de contas que detectam essas violações, mas não denunciavam. "Já pedi ao Tribunal de Contas da União uma demonstração do cumprimento da lei em vários estados mas não me forneceram", diz.

Por isso mesmo, foi instalada a CPI. "O governo tem que nos prestar contas. Como não presta, fomos investigar", diz o deputado Sólón Borges dos Reis (PTB-SP), relator da comissão. A CPI foi ins-

talada para verificar a aplicação das verbas da Lei Calmon apenas pelo MEC - e não pelos estados e municípios.

O relatório da CPI, se por um lado é obrigado a concluir que o MEC destina seus 18% para a Lei Calmon, por outro, afirma também que "há uma ostensiva disparidade entre os gastos com órgãos-meio e órgãos-fim", referindo-se respectivamente à alta administração do MEC, com "excesso de despesas" e às escolas, "em estado de

carência total". "Não falta nada na cúpula da administração federal, mas falta muita coisa nas escolas públicas", diz o relatório. "Está provado que o MEC contabiliza a verba mas não a destina para as escolas", afirma Sólón Borges, autor do livro *A crise contemporânea da Educação*. Segundo ele, as verbas da Lei Calmon vão para o ensino teoricamente e, na realidade, se perdem pelo caminho, no que ele chama de "parafernália da educação". (JB, 30/7/89)

Empréstimo do Bird ainda não foi liberado

O Banco Mundial (Bird) ainda não liberou o empréstimo de US\$250 milhões (cerca de NCz\$ 511,7 milhões) destinados à execução de três projetos da Secretaria Estadual da Educação. O assunto será discutido na próxima reunião do comitê diretor do Bird, marcada para 23 de agosto. Ao dar essa informação dia 26 em Nova York, Bill Branigan, do Banco Mundial, esclareceu que "há umas questões e condições que serão abordadas antes da liberação do empréstimo, que, se for aprovada, sairá no final de agosto". O funcionário disse ignorar quais são as condições.

Os três projetos educacionais da Secretaria da Educação prevêem a construção de salas de aula, compra de materiais pedagógicos, manutenção da merenda escolar, desenvolvimento de um conjunto de atividades de atendimento à saúde do estudante e a criação de um programa educativo para ser veiculado durante um ano pela TV Cultura. A Grande São Paulo, onde vivem mais de 15 milhões de pessoas distribuídas por 38 municípios, foi a área escolhida pelo Bird para a aplicação do empréstimo. (O Estado de S. Paulo, 27/07/89)

Brasil, 88º lugar no mundo em educação

A inclusão de um artigo na Constituição destinando recursos da União, estados e municípios à educação aconteceu, pela primeira vez, em 1934. A medida vigorou até 1967, quando o regime militar desfez essa vinculação orçamentária. "Não tive uma idéia nova, apenas tentei recuperar o que já existia", diz o senador João Calmon, autor da lei que leva seu nome e que foi proposta em 1976, durante o governo Geisel, destinando 12% dos impostos para o ensino, mas não vingou.

Em 1982, mais uma tentativa foi feita, elevando-se o percentual para 13%, mas só em 1983, duran-

te sua campanha para presidente da República, Tancredo Neves comprometeu-se em fazer cumprir a emenda, e a lei começou a vigorar em 1985. Mas seu cumprimento sempre foi duvidoso. Pelo sim, pelo não, com a nova Constituição, elevou-se a contribuição da União de 13% para 18%. Segundo o senador, as estatísticas brasileiras "são constrangedoras", no que diz respeito a gastos com educação. Ele cita o anuário da Unesco, de 1973, que colocava o Brasil em 80º lugar nesses dispêndios. Em 1988, o mesmo anuário revela resultado pior: o lugar do Brasil caiu para 88º. (JB, 30/7/89)

CUT propõe reajuste salarial semanal para conter perigo de hiperinflação

Um reajuste semanal dos salários é a única saída que a Central Única dos Trabalhadores vislumbra para a manutenção do poder de compra dos trabalhadores caso se chegue, realmente, a um processo de alta aceleração inflacionária. "Ninguém vai poder esperar trinta ou mesmo quinze dias para receber o salário porque ele vai virar pó", prevê o secretário-geral da CUT, Gilmar Carneiro dos Santos.

O assunto foi levantado na úl-

tima reunião da executiva nacional da central realizada na semana passada. Durante esta semana, quando as organizações estaduais da CUT estão realizando diversas reuniões de preparação à plenária nacional da entidade marcada para os dias 4, 5 e 6 de agosto em São Bernardo, o assunto voltou à tona. Esta proposta deve ser introduzida no plano que a central vai preparar para defender os trabalhadores de uma hiperinflação. (JB, 27/7/89)

Salários: medida provisória pode ser derrubada pelo Congresso

O Congresso deverá derrubar, no início de agosto, o veto presidencial ao projeto que estende aos servidores públicos civis e militares a política salarial aprovada para os trabalhadores da iniciativa privada. Com a derrubada do veto, fica prejudicada a terceira Medida Provisória nº 74, enviada dia 27 ao Congresso, com a qual o Governo tenta definir uma política salarial diferente para os servidores públicos.

No caso, ficaria valendo, no lugar da Medida Provisória, a lei já aprovada pelo Congresso, que estende ao funcionalismo e aos parlamentares a mesma política salarial do setor privado.

- Espero que as lideranças cumpram sua palavra, porque não tem sentido criar uma política salarial diferente para uma categoria, quando a inflação é igual para todas - justificou o deputado Paulo Paim, vice-presidente da Comissão do Trabalho no Congresso.

Paim fala com base no compromisso assumido pelas lideranças partidárias antes do recesso parlamentar, com exceção do PFL, de derrubar o veto presidencial ao projeto aprovado em junho

pelo Congresso. Os deputados José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE) e Saulo Queiroz (PSDB-MT) endossam a posição de Paim.

- A alegação do Governo, de que a aplicação da lei salarial aumenta a despesa da União com pessoal para mais de 65% da receita líquida não se justifica porque isso também não é verdade - justificou o deputado Paulo Paim.

O projeto estabelece reajuste mensal pelo IPC integral do mês anterior, para quem ganha até três salários mínimos, e pelo percentual que exceder a uma inflação de 5%, para quem ganha de três a 20 salários mínimos.

O projeto é um substitutivo à Medida Provisória nº 56, que estabelecia somente o reajuste trimestral para servidores. Antes de vetar esse projeto, o Presidente José Sarney reeditou a Medida em junho e ela foi rejeitada por decurso de prazo durante o recesso de julho.

Na opinião do deputado Saulo Queiroz, a Medida Provisória nº 74 é completamente inócua, porque - ele tem certeza - "o Congresso Nacional derrubará o veto do Presidente". (O Globo, 28/7/89)

Servidores querem reajuste igual à inflação

Os funcionários públicos federais vão pressionar o Congresso para que os servidores que ganham até três salários mínimos tenham também, como os demais trabalhadores, reajuste mensal pelo valor integral da inflação, toda vez que ela ultrapassar 5%. Essa reivindicação, segundo anunciou dia 27 o Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal, já conta com o apoio de todas as lideranças partidárias do Congresso, à exceção apenas do PFL.

O reajuste pelo IPC integral para os servidores que ganham até três salários mínimos não foi contemplada pela Medida Provisória nº 74, encaminhada dia 27 pelo Presidente José Sarney ao Congresso, fixando a política salarial dos funcionários públicos federais civis e militares, apesar de esse direito ter sido garantido para os trabalhadores da iniciativa privada.

Pela nova política, os funcionários públicos de qualquer faixa salarial, terão, a partir de agosto, reajustes mensais, a título de antecipação, toda vez que a inflação ultrapassar 5%. O reajuste será calculado pelo valor do IPC menos os 5%, que serão repostos a cada três meses. No caso, o primeiro reajuste trimestral dos servidores públicos ocorrerá em outubro, quando será paga a inflação de setembro mais o índice de 15,76% (equivalente aos 5% acumulados em agosto e setembro). Quando a inflação não for superior a 5%, os reajustes serão também trimestrais.

A Medida Provisória nº 74 reafirmou, além disso, o reajuste de 30% em maio, autorizado pela Medida Provisória nº 56, e de 37,24% em julho, referente à inflação acumulada em maio e junho. (O Globo, 28/7/89)

Adeptos de D. Paulo aumentam ritmo para dar-lhe Prêmio Nobel da Paz

Foto: Carlos Carvalho

Uma sólida candidatura política está movimentando brasileiros e brasileiros de todo o país - a do cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, para o Prêmio Nobel da Paz deste ano. O premiado será escolhido no mês de outubro, por um comitê a ser nomeado pelo Parlamento da Noruega. Os partidários de Dom Paulo vivem um momento de grande movimentação: cartas, manifestos, 50 mil assinaturas - quilos e mais quilos de papel têm aportado em Oslo, a capital norueguesa, levando apoio à candidatura do cardeal.

- A mobilização tem sido intensa - diz a coordenadora do Movimento Nobel da Paz D. Paulo - a artista plástica Maria Antonietta Rudge do Amaral, 53 anos, cinco filhos e dois netos, ativa participante da Comunidade dos Sofredores de Rua e adepta incondicional da militância de Dom Paulo Arns a favor dos pobres e oprimidos.

Criado no início deste ano, logo depois que a candidatura foi lançada pelo argentino Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1980, o Movimento distribui panfletos e cartazes, promove eventos políticos e culturais e centraliza toda a correspondência a ser enviada. Trinta entidades coor-



Dom Paulo Evaristo Arns

denam o Movimento - como a Frente Nacional dos Trabalhadores, o Movimento dos Sem-terra e a Comissão de Justiça e Paz - e cerca de 400 em todo o país já manifestaram sua adesão, além de dezenas de entidades internacionais, como o Grupo de Estudos Islâmicos do Peru e a Conferência Nacional dos Bispos da África do Sul.

Da Central Única dos Trabalhadores (CUT) aos partidos comunistas legalizados, do governador Orestes Quércia ao posseiro mais desconhecido, da Igreja Católica às confissões evangélicas e

protestantes - a candidatura de Dom Paulo conseguiu unir gente de todos os setores.

Na avalanche de adesões que tem recebido, o movimento para Dom Paulo ganhar o Prêmio Nobel da Paz já registrou o apoio formal de três candidatos à presidência - Lula (PT), Covas (PSDB) e Collor (PRN).

- A vitória dele seria um testemunho de que o mundo ainda honra a paz como fruto da justiça - diz Maria Antonietta.

Até aqui Dom Paulo tem se mantido à margem da campanha. (JB, 27/7/89)

"Palavra-Vida" é tema polêmico da CRB

Um dos principais temas da 15ª Assembléia Geral da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), que reuniu na semana passada em São Paulo cerca de 500 superiores de várias ordens religiosas da Igreja Católica no Brasil, foi a discussão do polêmico projeto de evangelização intitulado *Palavra-Vida*. Planejado para ser executado em cinco anos, o pri-

meiro folheto do projeto lançado no fim do ano passado, patrocinado pela Confederação Latino-Americana de Religiosos (Clar), foi contestado pela conferência episcopal colombiana, em janeiro, pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), em fevereiro, e pelo Vaticano, através da Congregação de Institutos de Vida

Consagrada e Sociedade de Vida Apostólica.

O episódio ilustra a luta entre conservadores e progressistas na Igreja Católica. Integrantes da ala progressista não hesitam em atacar um outro projeto de evangelização, o *Lumen-2000*, que pretende utilizar a mídia eletrônica para aproximar a Igreja dos fiéis. (JB, 26/7/89)

Acontecendo

Bastidores

O presidente José Sarney fez o programa na TV Bandeirantes com bala na agulha.

No bolso do paletó trazia, entre outros papéis, seu contracheque, que não chegou a mostrar.

Em tempo: nele está escrito que o presidente ganha, entre verba de representação e salários, NCz\$1.400, brutos.

Como o presidente não gasta do seu bolso um só centavo para comer e morar, este salário é quase uma poupança. (Informe JB, 26/7/89)

Pito

De Guilherme Afif Domingos, do PL, sobre o economista Paulo Guedes:

- Ele não tem autoridade para ficar por aí dando entrevistas em meu nome, como se fosse o autor de todo o programa econômico do governo.

Guedes cuidou da elaboração da política fiscal do programa de governo de Afif. (Informe JB, 26/7/89)

Obra de profissional

Segundo o boletim **Cenário RH Sindical**, que começa a circular terça-feira, na primeira reunião da nova executiva da CGT, o presidente Rogério Magri lançou uma idéia revolucionária.

Ele quer contratar militantes profissionais para ativar o trabalho sindical - ou seja, para organizar piquetes, passeatas e o que mais for preciso. (Canal 3, OESP, 28/7/89)

Encomenda

Comentário de um funcionário do governo, militar da reserva, sobre a explosão de uma bomba nas mãos de um sargento reformado da Aeronáutica:

- Que ele é doido, nós sabemos. Falta saber para quem e para que ele estava fazendo a bomba. Não é coisa de amador. (Canal 3, OESP, 28/7/89)

Linha direta

O presidente José Sarney ficou sabendo da renúncia do candidato a vice do PSDB, Roberto Magalhães, na noite anterior ao comunicado oficial. Nem Mário Covas sabia, mas Sarney, que jantava terça-feira na casa do ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, foi informado pelo amigo comum Thales Ramalho.

Thales entrou em detalhes. Contou até que Magalhães redigira uma carta em tom duro, porque não aceitava cargos "que o diminuíssem". (Canal 3, OESP, 28/7/89)

Com aval

Enquanto o ex-presidente Jânio Quadros afirma, de viva voz e por escrito, que não formalizou seu apoio ao candidato Paulo Maluf, seus militantes malufam à vontade. Dia 28, dirigentes da Juventude Janista levaram seu apoio ao candidato do PDS.

Com procuração de Jânio. (Canal 3, OESP, 28/7/89)

Sem diferença

A presidência do Conselho da Condição Feminina, Ida Maria, esteve dia 27 na Assembléia paulista. Foi levar ao presidente da casa, deputado Tonico Ramo (PMDB), nove emendas especiais sobre as mulheres.

O objetivo delas é que a mulher seja tratada pela nova Constituição estadual como um cidadão comum. (Canal 3, OESP, 28/7/89)

Paris, Pará

Para percorrer os municípios do baixo Amazona paraenses durante uma semana, o governador do Estado, Hélio Gueiros, vai se fazer acompanhar de uma comitiva de cem pessoas, todas devidamente instalada num navio de luxo.

É a versão ao tucupi da recente excursão presidencial a Paris. (Canal 3, OESP, 28/7/89)

Medo

Pavor de plantão na cúpula do PSDB: convidar alguém para substituir Roberto Magalhães e receber um não de resposta. O desgaste, avaliam, seria irreversível. (Painel FSP, 28/7/89)

Desconhecido

Em Bom Jesus da Lapa (BA), cerca de mil pessoas se espremeram para ver Sarney. Íris Resende ficou no meio da multidão, completamente anônimo. Chegar a escorar o braço no ombro do ministro. (Painel FSI 28/7/89)

Percepção

Um dia antes da renúncia, Roberto Magalhães posou num estúdio para a fotografia da campanha do PSDB. O fotógrafo comentou: "Este cara não emplaca. O olho dele é de indeciso". Horas depois, veio a renúncia. (Painel FSP, 28/7/89)

Acadêmico

O imortal José Sarney tropeçou nas palavras no discurso feito em Bom Jesus da Lapa: "Vida sem liberdade não é vida. Liberdade sem vida também não é vida", disse o presidente. (Painel FSP, 28/7/89)

Pulo do gato

Chama-se Arafat o gatinho que Marina Félix, secretária de Carlos Henrique Santos, foi buscar em Londres. Marina pegou carona com Sarney até a França e trouxe o gato e uma herança de Londres. (Painel FSP, 28/7/89)

Briga na esquerda

Vem do PCB uma das mais fortes resistências às mudanças exigidas pelo PT no debate da TV Bandeirantes. (Painel FSP, 28/7/89)

Estocada

Continua a briga na esquerda. O petista José Dirceu diz que Roberto Freire "parece candidato à presidência da UNE. Ele só faz a campanha em universidade porque não tem partido para levá-la às ruas". (Painel FSP, 28/7/89)

Proibição

Segundo o Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, as empresas jornalísticas do Estado estão proibindo a citação de deputados do PT em seus veículos. (Painel FSP, 28/7/89)

A volta

O deputado federal Adhemar de Barros Filho (sem partido-SP), que no começo do ano deixou a presidência do PDT paulista brigado com o candidato Leonel Brizola, deverá apoiar com seu grupo, reunido em torno da Frente Social Progressista, o candidato do PCB Roberto Freire.

Adhemarzinho, assim que concretizar a gestão, estará reeditando a polêmica aliança feita entre os comunistas e seu pai, o ex-governador paulista Adhemar de Barros em 1955, quando o então governador concorreu à presidência da República.

Agora, ao menos, a aliança será mais fácil de ser digerida pelos comunistas. Adhemarzinho recebeu nota 9,5 do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) por sua posição a favor dos sindicatos durante a elaboração da constituição. (Informe JB, 27/7/89)

Imagem

Do empresário Ney Bittencourt Araújo, presidente do Grupo Agroceres e eleitor de Covas, sobre a relação Rede Globo/Collor: "Não foi bem a Rede Globo que colloriu, e sim o Collor que redeglobou". (Painel FSP, 28/7/89)

Demora

As denúncias sobre abuso do poder econômico por parte de Collor serão analisadas só em agosto. Devido às férias do corregedor eleitoral, o TSE enviou as denúncias para a Procuradoria Geral. (Painel FSP, 28/7/89)

Férias

O problema é que o vice-procurador-geral da República, Rui Ribeiro Franca, que trata das questões eleitorais, também está de férias. O subprocurador Geraldo Brindeiro preferiu esperar pelo titular. (Painel FSP, 28/7/89)

Viva D. Mora!

Em recente comício do PMDB em Açailândia, no Maranhão, o ex-ministro Renato Archer viu-se por duas vezes na mesma situação: recebendo uma carta de eleitores de Ulysses Guimarães dirigida à mulher do candidato, Dona Mora.

Diante do ibope da candidata a primeira-dama, Archer virou-se para Ulysses e brincou:

- Acho que você vai virar estafeta de Dona Mora.

Resposta do Doutor Ulysses:

- Essa história de Mora já está indo longe demais.

(Informe JB, 27/7/89)

Boi power

Do deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), comparando a candidatura de Ulysses Guimarães a um carro de boi competindo na Fórmula-1:

- Nosso carro é de pau, geme muito, anda devagar mas sempre chega. (Canal 3, OESP, 27/7/89)

Chocante

Do presidenciável Luís Inácio Lula da Silva (PT), durante almoço na Assembléia Legislativa de São Paulo, ao ser informado de que o ex-governador Roberto Magalhães havia renunciado à candidatura pelo PSDB:

- Depois do choque de capitalismo, Covas tem que dar o choque moral, apoiando minha candidatura. (Canal 3, OESP, 27/7/89)

Cidades afetadas por Tietê pedem nova liminar

As Prefeituras do Grande ABC, de São Paulo e Baixada Santista voltarão à Justiça dia 21 contra a barragem móvel do Tietê, inaugurada em maio pelo governador Orestes Quércia. Nova liminar será apresentada junto ao Tribunal de Justiça do Estado pedindo o fim da reversão do Tietê para a Billings até que seja apresentado o RIMA (Relatório de Impacto do Meio Ambiente).

A decisão de recorrer do despacho do juiz Milton Gordo, da 5ª Vara da Fazenda Pública, - que negou liminar em junho à Ação Cível Pública pedindo a suspensão do funcionamento da barragem móvel - foi confirmada dia 19 pelo secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de São Bernardo, Pedro Estevam Serrano. Com a inauguração da barragem, a represa

Billings passou a receber 100% do esgoto da Grande São Paulo, o dobro do que era despejado anteriormente.

Estevam disse que o argumento utilizado pelo juiz Milton Gordo para negar a liminar acabou reforçando a tese da ação. "No despacho o juiz alega que a obra é grandiosa e não poderia ser suspensa. Exatamente pelo fato de a obra ser grandiosa que o impacto ecológico será ainda maior" - ressaltou.

Todos os procuradores das novas Prefeituras envolvidas na ação já garantiram subscrever o documento que será apresentado pelo secretário de Negócios Jurídicos da Capital, Hélio Bicudo. Estevam explicou que o recurso será apresentado com base na ausência do RIMA que deveria ter sido

elaborado pelo Estado antes de iniciar as obras da barragem. A exigência do RIMA é assegurada pela Constituição em vigor.

Manifestação

Ao contrário da primeira liminar, que foi apresentada durante ato público no Dia Mundial do Meio Ambiente, a nova ação será encaminhada sem qualquer manifestação. A idéia de apelar à Justiça contra o Estado foi articulada pelos sete prefeitos da região, mas apenas os prefeitos petistas de Santo André, Celso Daniel, de São Bernardo, Maurício Soares, e de Diadema, José Augusto da Silva Ramos, compareceram ao protesto realizado no dia 5 de maio às margens da represa. (Diário do Grande ABC, 20/07/89)

IBDF comprou terreno no fundo do Atlântico

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) descobriu que possuiu no seu patrimônio uma área de seis mil hectares dentro do Oceano Atlântico. O terreno submerso faz parte de um dos piores negócios fundiários da administração pública, realizada durante a gestão de Mauro Silva Reis à frente do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Em 1985, ainda no governo Figueiredo, Mauro autorizou a compra de cerca de 34.315 hectares para a criação do Parque Nacional da Serra de Bocaina. As terras, no entanto, em sua maior parte não eram demarcadas e possuíam diversos proprietários. Entre as áreas adquiridas está a Fazenda Guebetiba, a maior de todas, com 18.214 hectares, que possuiu um terço de sua superfície dentro do mar.

As irregularidades estão sendo examinadas pelo presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, que estuda a possibilidade de demarcar as áreas adquiridas e as medidas legais a serem adotadas. Todas as áreas foram compradas

pelo extinto IBDF, baseado apenas na apresentação de escrituras de propriedade, sem qualquer levantamento topográfico da região, situada no litoral fluminense. Além disso, a Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), de acordo com técnicos do Ibama, realizou o levantamento das áreas apenas através de fotografias da região, sem sequer comparecer *in loco* aos terrenos. Desta forma, assim que os terrenos foram comprados, seus registros foram negados pelo Cartório de Angra dos Reis, que verificou a superposição de títulos e a existência de áreas fantasmas.

Negociação direta

Criado pelo Decreto 68.172, de 1971, o Parque Nacional Serra da Bocaina, com área total de cerca de 100 mil hectares, situado em terras dos municípios fluminenses de Angra dos Reis e Parati e dos municípios paulistas de Areas, Cunha, São José do Barreiro e Ubaituba, começou sua regularização fundiária em 1972. A partir de então, o IBDF passou a negociar di-

retamente com os proprietários de terrenos dentro do parque a compra de suas áreas, evitando o tradicional processo de desapropriação. Foram comprados 34.315 hectares de fazendas - 31% da área total do parque - entre elas as fazendas Itapicu, Quilombo, Moinho e Guebetiba, todas com sobreposição de área e algumas com problemas de invasões em seu interior. O maior problema ocorre na Fazenda Guebetiba, que além de possuir um terço de sua superfície dentro do mar, tem superposição de vários imóveis.

As únicas áreas livres e desimpedidas adquiridas pelo IBDF são as fazendas Garrafão, Lajeado, Posse e Entrada - um total de 7.800 hectares - doados pelo extinto Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e demarcadas. Todas as demais áreas dentro do parque não estão demarcadas, inclusive 11 fazendas com processo de compra em análise pelo Ibama. É o caso, por exemplo, da Fazenda Rincão do Funil, de 9.600 hectares, não demarcada e com superposição de títulos. (Jornal do Brasil, 26/07/89)

Empresas recebem multas por agressão à floresta

Só nos últimos três dias - depois que uma equipe de 20 fiscais e sete homens da Polícia Federal chegou à região -, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou multas de NCz\$ 3,6 milhões, dos quais NCz\$ 3 milhões contra a Siderúrgica de Marabá S.A. (Simara), do projeto Grande Carajás, e apreendeu castanheiras cortadas ilegalmente. Os fiscais do Ibama, temendo a irritação dos empresários locais - estão sob constante ameaça de morte -, andam armados.

O presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, desembarcou dia 28 em Marabá para acompanhar de perto a Operação Carajás, uma ambiciosa fiscalização contra siderúrgicas e madeireiras que devastam a Floresta Amazônica para usar madeira nativa na produção de ferro-gusa.

A operação acontece no momento em que o Brasil sofre pres-

combater as irregularidades. Os salários também são baixos: os fiscais ganham NCz\$ 200,00 e os engenheiros NCz\$ 400,00 por mês.

Fernando César Mesquita, que viajou acompanhado da diretoria de controle e fiscalização do Ibama, Sueli Monteiro Galvão, e do coordenador geral do Plano Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios, Domingos de Freitas Ribeiro, já garantiu um helicóptero para a área na próxima semana. Além disso, será mantida uma equipe permanente em Marabá. Os fiscais que chegaram segunda-feira passada - estão instalados em dois postos fixos, dois postos volantes e um na região de Tucuruí - apreenderam 20 caminhões com cerca de 100 toneladas de carvão vegetal para os fornos das siderúrgicas. A carga foi liberada, mas cada caminhão pagou multa de até NCz\$ 10 mil. (JB, 29/7/89)

sões da Comunidade Econômica Européia (CEE), que ameaça só comprar ferro-gusa se a região desmatada for recuperada. "Não podemos mais admitir essa devastação vinda de pessoas que se acotumaram com a impunidade", disse Fernando César Mesquita aos fiscais do Ibama em Marabá. Antes da operação, a sede do instituto na cidade tinha apenas seis pessoas (quatro agentes e dois engenheiros) e três carros velhos para fiscalizar uma área de cerca de 7 milhões de hectares, onde operam atualmente pelo menos 220 serrarias legalizadas e cinco guserias (Simara, Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipa), Siderúrgica Camargo Correa, Siderúrgica Vale do Pindaré e Viena Siderurgia).

"Minha preocupação é ficar sozinho depois dessa operação", admitiu o administrador do Ibama na cidade, o engenheiro florestal Norberto Neves de Souza, que lamenta a falta de material para

Fazendas em Goiás são vendidas irregularmente

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) encontrou irregularidades na aquisição de fazendas dentro do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no norte de Goiás: as fazendas foram compradas quando o engenheiro agrônomo Mauro Silva Reis era presidente do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1981. Durante a criação do parque, Mauro Reis evitou o processo normal de desapropriação das terras delimitadas e comprou em negociações diretas com os proprietários as fazendas do Fundão e Volta da Serra, com área total de cerca de 9 mil hectares. Além de não estarem demarcadas, as fazendas são de muitos donos.

As irregularidades na compra das áreas dentro do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros serão investigadas através de inquérito administrativo a ser aberto pelo presidente do Ibama, Fernando César Mesquita. Além da Chapada dos Veadeiros, o Ibama já detectou irregularidades na aquisição de fazendas dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina, no litoral fluminense, região de Parati, on-

de o extinto IBDF comprou a Fazenda Guebetiba, que tem um terço do território submerso no Oceano Atlântico.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, antes chamado Parque Nacional do Tocantins, foi criado pelo Decreto 49.875, de 1961. Em 1981, começaram as desapropriações de áreas localizadas dentro de seu território de 60 mil hectares. O IBDF adquiriu, então, através de negociações diretas com os proprietários as fazendas Cara Preta, Fundão e Volta da Serra. Pelas fazendas do Fundão e Volta da Serra o Instituto pagou, em junho de 1981, 9 milhões de cruzeiros (moeda da época), sem realizar qualquer levantamento topográfico da região e baseado apenas em escrituras.

- O levantamento topográfico era essencial, porque as maiores irregularidades ocorrem nos cartórios - explica o diretor da Divisão de Parques e Reservas, Vitor Hugo Cantarelli.

Desta forma, depois de pagar ao médico Hosaná de Campos Guimarães pela compra do terreno, o IBDF

recebeu uma ação ordinária de declaração de nulidade da transação, movida pelos fazendeiros Rogério Tokarski e Valfrido Tokarski, que alegam ser os legítimos proprietários da área. Enquanto a ação tramita na 4ª Vara da Justiça federal, em Goiânia, o Instituto permanece impossibilitado de registrar o terreno como área de Parque Nacional.

- Quando o IBDF pagou a Hosaná a área nos pertencia - garante Valfrido Tokarski - irmão de Donizete Tokarski, atual diretor de Assentamento e Colonização do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

Em 1986, quando o IBDF decidiu desapropriar as demais áreas do Parque, descobriu que a falta de um levantamento topográfico impediu que se verificasse que as fazendas discriminadas para desapropriação tinham uma área superior ao território do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. As "inúmeras sobreposições de fazendas" impossibilitaram o IBDF de discriminar o valor devido a cada fazendeiro, de um total de 82 proprietários identificados em uma área de 49.122 hectares. (JB, 28/7/89)

Sem-terra ocupam sede do Incra em São Paulo para exigir liberação de créditos para plantio



Sergio Tomiaki

Acompanhados por crianças, sem-terra ocupam sala na sede do Incra

Cerca de 250 trabalhadores rurais procedentes de acampamentos e assentamentos do interior do Estado de São Paulo, ocuparam dia 25 a sede da superintendência do Instituto Nacional de Reforma e Desenvolvimento Agrário (Incra), em Santa Cecília (zona central de São Paulo). O grupo afirma que permanecerá no local até negociar suas reivindicações pessoalmente com o presidente do Incra, Mário Luiz Pergorare, que já foi informado mas ainda não definiu uma data para estar em São Paulo.

Os trabalhadores rurais já assentados cobram do Incra a liberação de crédito para o custeio do plantio, construção de escolas, postos de saúde e estradas, e instalação de energia elétrica nas glebas. "Em todo país, o mínimo necessário para o custeio da safra é NCz\$ 120 milhões, e o governo ainda não definiu se nos dará

NCz\$ 50 milhões", disse Luiz Bezerra, 26, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Parte dos ocupantes veio de acampamentos instalados há mais de um ano em áreas próximas às fazendas Santa Rita e Água Sumida, ambas no Pontal do Paranapanema (oeste do Estado), e Timboré, em Andradina (680 km a noroeste de São Paulo). Eles cobram a desapropriação, a emissão de posse das áreas e também alimentação, enquanto esperam. As três fazendas, segundo Sérgio Miguez Urbano, 40, procurador regional do Incra, fazem parte das dez que o Incra ainda não conseguiu desapropriar.

Cerca de 75 agricultores sem-terra ocuparam dia 25 a sede do Incra em Curitiba (PR), também para exigir a desapropriação de áreas. Não houve incidentes. Até o fim da tarde do dia 25, a desocupação do prédio continuava

sendo negociada. (Folha de São Paulo, 26/06/89)

Os cerca de 250 sem-terra que no dia 25 ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em São Paulo, voltaram dia 28 para suas cidades. O fim do protesto foi decidido após uma reunião de negociação entre os sem-terra e a superintendente em exercício do Incra, Maria Luisa Telles Gollim, que se comprometeu a verificar e tentar agilizar os processos das desapropriações de terras em juízo até quarta-feira da semana que vem. A medida visa regularizar a situação das famílias que vivem em acampamentos nas fazendas Timboré, Lagoinha e Reunidas. No dia 22, uma comissão dos sem-terra fará uma reunião com representantes do Incra e da Secretaria de Agricultura para avaliar a situação dos 36 assentamentos restantes no estado. (JB, 29/7/89)

Reunião pastoral

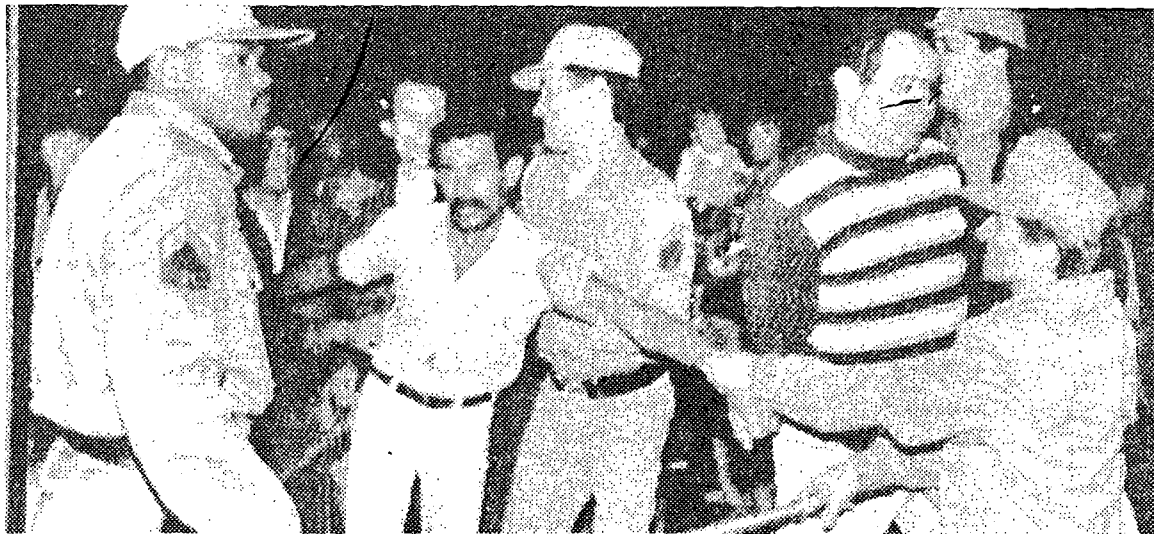
A Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que se realiza de dois em dois anos e que começou dia 31 em Goiânia, vai eleger a nova diretoria da entidade e definir novas linhas de trabalho. A reunião conta com agentes pastorais e lavradores das 20 regionais da organização no país. De acordo com D. Augusto Alves da Rocha, bispo de Picos (PI), presidente da CPT, entre os

temas a serem discutidos destacam-se a conquista da terra pelos trabalhadores rurais e seu envolvimento com os partidos políticos. Cada regional enviou ao encontro cinco delegados - sempre dois agentes pastorais e três lavradores. Já estavam em Goiânia d. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), e o arcebispo de Goiânia, Antônio de Oliveira. (JB, 30/7/89)

Trabalho escravo

Uma denúncia de trabalho escravo em usinas de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul foi encaminhada dia 25 à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) por entidades dos Estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. As entidades afirmaram que trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha (MG) e índios de tribos próximas às usinas são contratados com promessa de bons salários, alimentação e moradia, mas não recebem nada. (Folha de São Paulo, 26/07/89)

Polícia dispersa manifestação com violência



Teletexto 'Diário Catarinense'

Armados de cassetetes, soldados puxam pelos braços um dos invasores

A Polícia Militar de Santa Catarina retirou na madrugada do dia 25 cem pessoas que estavam acampadas em frente ao palácio do governo do Estado, em Florianópolis. Segundo os sem-terra e testemunhas, a polícia usou de violência para expulsar todos os que se encontravam no local. Os sem-terra foram levados para o Aterro da Baía Sul, a 200 metros do

palácio.

O secretário estadual de comunicação, Irai Zilio, classificou a ação da PM de "operação tática-militar" em que foi utilizada "energia muscular".

Sem-terra

Os representantes de 1.700 fa-

mílias sem terra que haviam sido expulsos com violência da praça Tancredo Neves pela Polícia Militar, voltaram a montar um acampamento em frente à catedral de Florianópolis. Os colonos aguardam o assentamento definitivo na região oeste de Santa Catarina. Dia 26, eles foram visitados pelo vice de Lula, José Paulo Bisol. (Folha de São Paulo, 26/07/89)

Trabalhadores rurais passam fome no Pantanal

Mais de 500 trabalhadores rurais que ocupam as fazendas Taquaral e Piraputangas, no município de Corumbá (MS), preparando os barracos que servirão de abrigo para suas famílias, não se alimentam desde quinta-feira, dia 27. A comida racionada, enviada pela Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários, acabou, não há caça e começam a surgir casos de doenças, como pneumonia, devido à debilidade física. Os colonos foram colocados nas duas glebas, desapropriadas pela União para fins de reforma agrária, mas uma decisão da Justiça federal suspendeu os assentamentos por se tratarem de áreas localizadas dentro do Pantanal do Mato Grosso do Sul, considerado pela Constituição como patrimônio nacional.

A ocupação de Taquaral e Piraputangas - 13 mil hectares de terras de pouca fertilidade para a

agricultura - foi apressada pela Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários para tentar minar a iniciativa do curador de Meio Ambiente de Corumbá, Orlamar Teixeira Gregório, autor da ação que suspendeu a transferência das famílias para as duas glebas. No início da semana, o Tribunal Superior de Justiça suspendeu as liminares, provisoriamente, impedindo que a Polícia Federal retirasse os sem-terra, a pedido do procurador-geral da República em Campo Grande.

Apenas os homens foram colocados nas fazendas com a finalidade de construir os barracos. No dia 6 último, o secretário de Assuntos Fundiários, Aparício Rodrigues, mandou distribuir para cada um apenas 3,1 quilos de arroz, 1,2 quilo de feijão e meio litro de óleo, e não repetiu a "cesta básica" nestes últimos 26 dias.

Socorro

Dia 28, um grupo de trabalhadores esteve na Prefeitura de Corumbá em busca de socorro, mas nada conseguiu, além da promessa do prefeito, Fadá Gattass, fazendeiro, de intervir junto ao governo do estado para o envio de mais uma remessa de alimentos. O secretário de Assuntos Fundiários havia prometido enviar, há uma semana, mais 15 quilos de produtos básicos para cada colono: "A gente não come desde quinta-feira e ninguém suporta mais esta situação", afirma Aristeu Telles Miranda, 27 anos, demonstrando fraqueza e fadiga. "Nossa vida já é amarga e o pouco que mandam de comida é erva-mate", diz Armando Bernes, 31 anos, que, como a maioria, ameaça abandonar as glebas. (JB, 29/7/89)

Mulheres sindicalistas querem que reforma agrária desapropriate terras em litígio

Nem mesmo as constantes ameaças de morte que recebem, diminuem o ânimo das 200 sindicalistas que participam do 2fo.º Seminário Nacional da Mulher Rural. Reunidas na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), as mulheres defendem a desapropriação imediata para fins de reforma agrária das terras em litígio, são contra o pagamento da dívida externa, querem direito à aposentadoria integral, responsabilizam a inflação pela baixa remuneração dos produtos agrícolas, são contra as multinacionais no setor rural e não acreditam que a situação econômica do país possa melhorar depois do dia 15 de novembro.

“Não defini ainda o meu voto, mas também não sei se algum candidato possa consertar o Brasil”, afirmou a trabalhadora rural Pureza Lopes Loyola, 46 anos de idade, de Bacabau, interior do Maranhão. Da mesma forma que sua conterrânea Aldenira Faria Santos, 28 anos, de São Luiz Gonzaga, Pureza está marcada para morrer.

Cultivando arroz e feijão numa área arrendada de dois hectares, Pureza foi ameaçada de morte pelos supostos proprietários do lugar, conhecidos como Dionésio Filho, Durvalino e Ângelo. Regis-



Brasil — Antonio Valle

As agricultoras estão ameaçadas de morte

trou a ocorrência na delegacia de polícia de Bacabau, mas não acredita que a ameaça seja investigada. “A própria polícia sempre aparece envolvida nestes episódios”, denuncia.

Aldenira tem a mesma idéia. Há 15 dias, 40 famílias que moravam há três gerações na fazenda Lago do Boi, de 7.000 hectares, em São Luiz Gonzaga, foram desalojadas por Chico Galalau, que se apresentou como proprietário do lugar, com auxílio da polícia. “Eles entraram lá batendo em todo o mundo. Não pouparam nem as mulheres gestantes”, afirmou. Para Aldenira, as violências no campo acontecem “por culpa do

governo, que não quer reforma agrária”.

A gaúcha Maira Botega, 37 anos, da diretoria do Sindicato de Catuípe, município do interior do Rio Grande do Sul, também critica o governo em relação à polícia de endividamento externo e interno do país. De acordo com a líder rural, não há financiamento para a produção “porque todo o dinheiro do Brasil é usado para pagar dívidas que a gente nem autorizou”. Bernardete Zardo, 39 anos, de Joaçaba, Santa Catarina, condena também as multinacionais do setor de avicultura, suinocultura e fumo. (Jornal do Brasil, 28/07/89)

Madeireiro é acusado de atentados no Acre

No inquérito entregue dia 27 ao juiz federal Pedro Paulo Castello Branco Coelho, a Polícia Federal confirmou a participação do presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Acre, Jorge Moura, como “mentor intelectual” do atentado contra o coordenador do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (Pmaci), José Rente do Nascimento, e contra o delegado regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Natu-

rais Renováveis (Ibama), Paulo Benincá de Sales, ocorrido em maio.

Além de Jorge Moura, foram indiciados mais dois suspeitos. Seriam os dois homens que, na noite de 17 de maio, cercaram com um Fiat o Fusca do Ibama, numa rua de Rio Branco, e agrediram a pauladas e coronhadas de revólver os dois técnicos. Tanto a Polícia Federal como o juiz estão mantendo em sigilo os nomes dos dois suspeitos, para não atrapalhar as inves-

tigações e mesmo para evitar que fujam do estado.

Os dois, porém, já foram reconhecidos pelo coordenador do Pmaci, José Rente, que veio a Rio Branco na semana passada, protegido por um forte esquema de segurança. Rente identificou um dos agressores ao lhe ser apresentado na Polícia Federal. O outro, que não se apresentou alegando doença, chegou também a ser reconhecido por fotografias. (Jornal do Brasil, 28/07/89)

Esquerda recorre ao TSE contra o favorito

PT e PDT uniram-se dia 25 numa ofensiva contra o candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello. Os dois partidos pediram ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Francisco Rezek, que apure denúncias de abuso do poder econômico e providência a imediata retirada dos **outdoors** que Collor vem espalhando pelo País. O candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, também foi ao ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, pedir a apuração de todas as denúncias de irregularidades praticadas por Collor no governo de Alagoas.

O PT quer saber de onde o PRN está tirando dinheiro para financiar "a campanha milionária" de Fernando Collor de Mello. "Tem algum marajá financiando

pseudo caçador de marajás", disse Lula ao entregar o documento ao ministro Rezek. O processo do PT será entregue ao corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Bueno de Souza, que interpelará o PRN sobre os gastos com a campanha.

Mais enfático que o PT, o PDT entrou direto com uma reclamação pedindo ao TSE uma liminar para obrigar a retirada dos mais de três mil **outdoors** do candidato do PRN em todo o País. O PDT também foi o autor da ação que retirou do ar, na semana passada, a propaganda que o PRN fazia em rádio e televisão, chamando os jovens maiores de 16 anos para votar. O pedido do PDT, entregue pelo líder do partido, deputado Vivaldo Barbosa, deverá ser analisado ainda hoje pelo TSE.

Razões

Segundo os dois partidos, além do abuso do poder econômico, a propaganda de Collor caracteriza crime, previsto no artigo 23 da legislação eleitoral, que só permite a colocação de propaganda em locais previamente estabelecidos pelas prefeituras. Lula e Vivaldo Barbosa destacaram que as ações contra Collor não representam perseguição pessoal ao candidato.

Lula pediu a Oscar Dias Corrêa que o deixasse ver os dossiês contendo irregularidades do governo federal e do ex-governador Collor. O ministro não deixou. Os dossiês chegaram às mãos do diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que está coletando informações sobre as denúncias. (O Estado de São Paulo, 26/7/89)

Brizola e Lula intensificam os ataques a Collor

Os candidatos à Presidência da República Leonel Brizola (PDT) e Luís Inácio Lula da Silva (PT) intensificaram suas críticas a Fernando Collor de Mello. Em comício na cidade de Americana (135 km a noroeste de São Paulo), Brizola chamou Collor de "playboy da ditadura". Lula, também em um comício, no Largo da Batata (Pinheiros, zona oeste de São Paulo), disse que o candidato do PRN é "a grande mentira preparada pela classe dominante". Em Londrina (PR), onde esteve em campanha, Collor não quis conhecer o teor das acusações.

Leonel Brizola prometeu ainda anular todas as concessões de rádio e TV de Collor de Mello, caso seja eleito. Em entrevista, Brizola disse que tomará essa medida "porque alguém que chama o presidente da República de filho da puta não tem autoridade moral para preparar programas para os nossos filhos e netos". Collor teria xingado o presidente Sarney no último dia 12, após encerrar o seu

discurso na convenção do PRN.

Em sua primeira programação eleitoral em São Paulo, o candidato do PDT centrou todas as suas críticas em Collor. "Ele levou um conjunto de marajás para o governo (em Alagoas), por isso, eu digo que há um marajá que será cassado em meu governo: o próprio Collor de Mello".

Brizola chegou a Americana com uma hora e 45 minutos de atraso, porque o aeroporto de Viracopos, em Campinas, esteve fechado até às 10h. Entre 11h45 e 15h, ele fez uma caminhada pelo calçadão no centro da cidade, acompanhado pelo prefeito Waldemar Tebaldi, eleito por uma coligação PDT-PT. As 13h, lançou a pedra fundamental do primeiro Ciep (Centro Integrado de Educação Pública), de Americana, no bairro José Zanaga, onde moram perto de 30 mil pessoas.

Em seu comício em São Paulo, Lula afirmou que, "a não ser a **Folha de São Paulo**", a imprensa está se omitindo em relação a even-

tuais escândalos no governo Collor, em Alagoas. Ele reclamou ainda do fato de as possíveis irregularidades na administração do candidato do PRN não serem exploradas nos telejornais.

O candidato participou de um comício para 1.500 pessoas (segundo avaliação do presidente da Câmara de São Paulo e condutor do comício, Eduardo Suplicy, do PT.

Ele discursou do alto de um ônibus-palanque estacionado ao lado de uma banca de jornais. Lula iniciou sua fala fazendo a defesa do governo da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina. Segundo ele, Erundina "vai fazer a administração mais bonita deste país e não vai conseguir varrer a podridão da burguesia que governou esta cidade".

Lula também defendeu a si próprio do "preconceito" que, segundo declarou, existe contra sua candidatura pelo fato de não possuir diploma universitário. (Folha de São Paulo, 30/7/89)

Orçamento de Porto Alegre será decidido em reuniões da população e técnicos do município

A população portoalegrense pela primeira vez na sua história, através de reuniões com técnicos da prefeitura, é quem vai decidir as prioridades para o orçamento de 1990 da capital gaúcha, a partir de encontros que começam nos primeiros dias de agosto e terminam em setembro, quando a proposta será encaminhada à Câmara Municipal. Essa foi uma das principais promessas de campanha do prefeito Olívio Dutra (PT).

Essas reuniões serão realizadas em bairros das grandes regiões em que foi dividida a cidade (Restinga e Belém Novo; Partenon e Lomba do Pinheiro; Grande Cruzeiro e Grande Glória; e Centro e Navegantes), antecedidas por uma grande divulgação neste fim de mês: cartilhas com dados elementares do orçamento, cartazes, panfletos e até um vídeo com manual explicativo.

Cidadania

Olívio Dutra considera que, com a participação da população

na questão mais fundamental - onde aplicar os recursos e quais as áreas prioritárias do orçamento -, "se concretiza o verdadeiro exercício da cidadania e se valorizam as instâncias de organização popular". O orçamento da prefeitura em 1989 deverá atingir NCz\$300 milhões, dos quais Olívio calcula que 99% serão gastos no pagamento do funcionalismo público. Ele espera reduzir esse percentual a 80% até dezembro.

O prefeito pretende criar novos impostos para o próximo ano - uma das questões a ser debatida nas reuniões com a comunidade -, como a taxa de iluminação e de contribuição de melhoria (taxando os terrenos e vazios urbanos), e aumentar os valores das atuais taxas de lixo e o IPTU. Na questão dos transportes, Olívio revelou que feira a prefeitura vai administrar diretamente o vale-transporte para a Companhia Carris (municipal) e três empresas sob intervenção (Sopal, Trevo e Viação

Teresópolis-Cavallhada), garantindo a comercialização de seis milhões de fichas/mês, com arrecadação antecipada de NCz\$147 mil.

Essas quatro empresas representam 45% das vendas do sistema de vale-transporte. A administração direta, a ser criada junto com a Empresa Municipal de Processamento de Dados, pretende se tornar um consórcio paralelo ao da Associação dos Transportadores de Passageiros (ATP), que reúne os concessionários privados do transporte coletivo - com os quais a prefeitura tem divergências desde a intervenção em seis das 14 empresas, em fevereiro deste ano.

Olívio anunciou a devolução de uma das empresas sob intervenção, a Sudeste, a seu antigo proprietário, Antônio Guerreiro, até o fim deste mês. Guerreiro é o presidente da ATP. Com isso, a prefeitura devolverá a terceira empresa (as outras foram a Nortran e a São João) encampada. (JB, 26/7/89)

Desinteresse pela eleição atinge 42%

A eleição presidencial de 15 de novembro ainda não desperta grande interesse entre o eleitorado brasileiro. Se o voto não fosse obrigatório, 42% dos eleitores não votariam na primeira eleição presidencial desde 1960 - segundo a pesquisa feita pelo DataFolha nos dias 22 e 23 deste mês. A pesquisa mostrou também que a maioria dos eleitores que manifestou intenção de votar em um candidato a presidente desconhece o nome de seu vice.

O desinteresse pela eleição presidencial, apesar de elevado, é menor que o verificado nas eleições para as Prefeituras das capitais realizadas em 1988, quando essa mesma taxa girava em torno

de 70%. Nas eleições presidenciais diretas realizadas entre 1945 e 1960, a taxa de abstenção apresentou as seguintes variações: 16,9% em 1945, 27,9% em 1950, 40,3% em 1955 e 19,0% em 1960.

O desinteresse é maior entre as mulheres (47% não votariam) do que entre os homens (37%) e entre a população entre 18 e 40 anos de idade (44% não votariam), diminuindo entre os mais velhos (39%) e os entre os jovens com 16 e 17 anos (38%). O desinteresse cresce entre os eleitores que não ultrapassaram o 1º grau de escolaridade (45%), declinando entre os que possuem o 2º grau (41%) e os com nível superior (22%). O interesse é menor entre os que pos-

suem renda familiar de até 2 salários mínimos (47% não votariam), mas aumenta entre os que ganham mais de 5 salários (35%).

A maior taxa dos que não votariam hoje encontra-se no Nordeste (44%) e a menor na região Sul (38%). O desinteresse é maior nas capitais e regiões metropolitanas (44%) do que nos municípios do interior (40%). Ele é maior nas cidades grandes (45%) e menor nas cidades pequenos (41%) e médias (40%).

A margem de erro da pesquisa do DataFolha é de 2%. Foram entrevistados 5.156 eleitores em 141 municípios. (Folha de São Paulo, 30/7/89)